
Sentidos sobre assistência e misericórdia e suas consequências para o SUS: história e política entrelaçadas com a perspectiva da Comunicação e Saúde¹

Wilson Couto Borges²
Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

Resumo

Neste trabalho, queremos apresentar uma pesquisa que se encontra em sua fase inicial e que tem por fundamento compreender o processo histórico pelo qual dada noção de seguridade, encapsulada numa ideia longeva de assistência (restringindo-a à médica) limita a compreensão do Sistema Único de Saúde e a noção de cidadania a ele associada. Para tanto, torna-se fundamental a complexificação das narrativas produzidas pelos meios massivos de comunicação com um movimento de sedimentação da associação assistência-caridade-misericórdia. Com essa chave de investigação, o anúncio da necessidade de uma nova Reforma da Previdência ou de ajuste fiscal com impactos na Saúde se mostra o capítulo ulterior de um longo processo histórico cujas raízes remontam e atualizam um passado onde atenção à saúde era resultado de benesses de agentes políticos.

Palavra-chave: Comunicação e Saúde; História; Política; Misericórdia; SUS.

Introdução

Na última década, com o avanço da agenda neoliberal, ganhou impulso na mídia a narrativa de que nossa Constituição tem muitos direitos e que se torna cada vez mais difícil sustentá-los. Das áreas mais “atacadas”, Educação, Saúde e Previdência Social têm sido alvos de constantes reformas – como a Emenda Constitucional nº 95 (a EC do Teto de Gastos – limitando destinação de recursos para a Educação e a Saúde) e a Emenda Constitucional nº 103 (a da Reforma da Previdência), fragilizando ainda mais políticas públicas e programas sociais. Já a partir de 2023, sob nova Presidência, foi submetido e aprovado o Novo Arcabouço Fiscal, eufemisticamente chamado de Regime Fiscal Sustentável. Em ambos os momentos, observa-se o quanto a Assistência Social, assim como a Saúde e a Previdência Social voltaram a ser objeto privilegiado de uma prática histórica que remonta a condição colonial do Brasil.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Comunicação, docente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Fiocruz). E-mail: wcborges1@yahoo.com.br.

Metodologia

O cerne de nossa pesquisa são as construções noticiosas que dão substrato à forma como a assistência é semantizada no Brasil, desde os tempos de um Brasil Colônia. Com essa perspectiva, utilizamos o instrumental da Narratologia com vistas a evidenciar o movimento pelo qual as narrativas jornalísticas se consolidam como parte da produção material da cultura. A partir de Borges (2024), buscamos capturar como a atualização de determinado conhecimento sobre o lugar da assistência, estabelecido dentro de um conjunto de regras e normas repletas de ideologias e valores, restringe a forma como ela deve ser experimentada. Nesses termos, o estabelecimento do capítulo Seguridade na Constituição Brasileira torna-se singular para a compreensão de um poderoso alicerce para a cidadania.

Fundamentação teórica

A partir da tipologia proposta por Paim (2009) para o Sistema Único de Saúde (SUS), e dos modelos de proteção social preconizados por Fleury e Ouverney (2012), trabalhamos com a noção de que a inscrição do SUS dentro do modelo de seguridade estabelecido em nossa Constituição não representou a eliminação de ideias contidas em modelos anteriores do processo de formação social brasileiro. Além dessa perspectiva, também partimos da compreensão de que as narrativas jornalísticas permitem-nos capturar um elemento em sua instantaneidade, colocando-o a prova, observando a conjuntura em que está imersa e sua relação como elementos estruturais (Borges, 2024).

Conclusões e Principais contribuições da pesquisa

A despeito da complexidade do SUS, não raro observa-se todo o sistema, nas páginas de jornais, ser reduzido às filas dos hospitais públicos ou à ineficiência em sua gestão. Nesses termos, buscar compreender o processo de formação do lugar da assistência pode nos fornecer pistas valiosas sobre como a forma limitada de se conceber nossa seguridade, muito tributária da ideia de caridade e que pode ser superada por um plano de saúde popular, representa um grande obstáculo ao exercício da cidadania.

Referências

ABREU, L. O papel das Misericórdias dos “lugares de além-mar” na formação do Império português. **História, Ciência, Saúde** – Manguinhos, vol. VIII (3): 591-611, set.-dez. 2001.

ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BORGES, W. C. Razão e emoção na composição de narrativas que interpelam: circularidades analógicas e digitais no Brasil do século XXI. *In*: NEDER, G.; SILVA, A. P. B. R.; GOMES, J. R. M. (Org.). **História transnacional e global: circulação de ideias e apropriações culturais**. Rio de Janeiro: MauadX, 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

FLEURY, S.; OUVENEY, A. M. Política de Saúde: uma política social. *In*: GIOVANELLA, L. *et al.* (Org.) **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2012.

MACHADO, K. M. Legar ao além: uma análise das propriedades da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. **Intellèctus**, v. 22, n. 1, p. 50-76, jan-jul, 2023.

PAIM, J. S. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.